



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10166.010108/2002-41  
**Recurso nº** 000.000 Voluntário  
**Acórdão nº** 1802-000.939 – 2ª Turma Especial  
**Sessão de** 02/08/2011  
**Matéria** IRPJ e CSLL  
**Recorrente** COMISSARIA AÉREA BRASILIA LTDA.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1998

Ementa: NORMAS PROCESSUAIS. INTEMPESTIVIDADE.

A instauração da fase litigiosa do procedimento dá-se com a impugnação da exigência no prazo legal. A apresentação de impugnação fora do prazo de 30 (trinta) dias conforme estabelecido no artigo 15 do Decreto 70.235, de 1972 e alterações posteriores, implica em revelia, ensejando a este Colegiado não conhecer da peça trazida aos autos como recurso, por não ter se estabelecido o litígio.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

*(Assinado digitalmente)*

Ester Marques Lins de Sousa - Presidente e Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Ester Marques Lins de Sousa, José de Oliveira Ferraz Corrêa, Marco Antonio Nunes Castilho, Nelsinho Kichel e Marcelo Baeta Ippolito. Ausente justificadamente o conselheiro André Almeida Blanco.

## Relatório

Por bem descrever os fatos adoto o relatório da decisão recorrida (fl. 162) que a seguir transcrevo:

*Trata o presente processo de Auto de Infração — IRPJ/1998 (fl. 14), formalizado com base nos dados da Declaração de Contribuições e Tributos Federais — DCTF - do ano-calendário 1998, no qual está sendo exigido da empresa, acima identificada, crédito tributário no valor de R\$ 551.939,88. A descrição dos fatos; enquadramento legal da infração e demonstrativos do crédito tributário apurado constam às folhas 15 a 21.*

*A contribuinte tomou ciência do lançamento em 10/06/2002 AR — fl. 57).*

*Inconformada apresentou impugnação (fls. 1 a 3) em 11/07/2002, na qual alega, em preliminar, a tempestividade dessa; transcreve os fatos e no mérito, em síntese, alega que em 13/03/2000, mediante o Processo Administrativo Fiscal nº 10166.002990/00-09, solicitou a retificação de DCTF do ano-calendário 1998, ainda não analisada pelo setor responsável, e que sequer houve despacho lhe intimando para entregar o disquete para tal retificação. Argumenta ainda que, relativamente ao período autuado, o processo comprova a solicitação de retificação da DCTF.*

*A folha 94 foi solicitada diligência para a autoridade fiscal preparadora, manifestar-se sobre as justificativas da empresa autuada ou verificar na documentação contábil e fiscal da impugnante se as compensações realizadas nas DCTF estão de acordo com a legislação tributária de regência, cujo relatório fiscal (Termo de Encaminhamento) encontra-se à folha 160 (frente e verso).*

A 4<sup>a</sup>. Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ/Brasília/DF) por unanimidade de votos, não tomou conhecimento da impugnação por ser intempestiva conforme decisão proferida no Acórdão nº 03-37.547, de 22 de junho de 2010 (fls.161/164), assim ementado:

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

*Ano-calendário: 1998*

*Prazo - impugnação.*

*A impugnação deve ser apresentada dentro do prazo de 30 dias, contado da ciência do lançamento. Na contagem do prazo exclui-se o primeiro dia e se inclui o último e só inicia e termina em dias úteis; portanto, a impugnação apresentada fora do prazo legal não deve ser conhecida.*

O contribuinte cientificado da mencionada decisão em 27/08/2010 conforme o Aviso de Recebimento (AR), fl.172, interpôs recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em 27/09/2010.

Preliminarmente a recorrente requer seja reconhecida a decadência do crédito constituído pelo lançamento de ofício.

Em seguida argúi que, apesar da "alegação" de INTEMPESTIVIDADE da Impugnação, não foi dado a oportunidade à Recorrente de apelar ao CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CARF em Brasília-DF, quando do recebimento do Acórdão nº 03-37.547 em 22.06.2010, que deveria constar prazo para apresentação de RECURSO VOLUNTÁRIO, porque facultado a Recorrente pela legislação de regência.

Afirma que, a Recorrente tem direito a apresentação de Recurso Voluntário ao CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CARF e consequentemente a suspensão da exigibilidade, segundo o que consta da determinação legal contida no § 11 da lei retro transcrita, cuja suspensão está determinada no art. 151 do CTN.

A recorrente discorre acerca da ampla defesa e do contraditório na esfera administrativa para concluir que a falta de intimação para apresentar Recurso Voluntário afronta o direito de petição, e, via de consequência, ceifa o direito à ampla defesa e ao contraditório na esfera administrativa previsto no art. 5.º, incisos LIV e LV da Constituição Federal.

Alega que, sendo intempestiva a impugnação, a autoridade administrativa lançadora deve saná-lo de ofício, estribada nas disposições do art. 145, inciso III, combinadas com as do art. 149, ambos do CTN.

Sobre a tempestividade da impugnação afirma que *foi efetivamente INTIMADA e cientificada em 13.06.2002 (quinta-feira), abrindo-se o prazo a partir do dia 14/06/2002 (sexta-feira), para Impugnar. O prazo de trinta dias, por sua vez, tinha como termo ad quem o dia 14 de julho de 2002 e foi protocolizada a Impugnação no dia 11/07/2002, PORTANTO TEMPESTIVA. O Acórdão nº 03-37.547 de 22 de junho de 2010, proferido pela 4º Turma da DRJ em Basília-DF, ESTÁ EQUIVOCADO, porque comprovado a INOCORRÊNCIA DA INTEMPESTIVIDADE alegada, portanto inexistente.*

É o relatório.

**Voto**

Conselheira Ester Marques Lins de Sousa

A análise da tempestividade da impugnação argüida pela recorrente deve ser feita à luz dos artigos 14 e 15 do Decreto 70.235, de 1972 e alterações posteriores, o qual regula o Processo Administrativo Fiscal que assim dispõe:

(...)

*Art. 14. A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento.*

*Art. 15. A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada ao órgão preparador no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência.*

(...)

Como relatado acima, a interessada foi cientificada do Auto de Infração (fls.14/23) em **10/06/2002** (segunda feira), conforme o Aviso de Recebimento (AR), fl.57, e, protocolizou a impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília somente em **11/07/2002** (quinta feira), fl.01. A apresentação da mencionada impugnação se deu após o prazo dos trinta dias seguintes à ciência da exigência, que teve como prazo fatal o dia **10/07/2002** (quarta feira).

Como visto, a instauração da fase litigiosa do procedimento dá-se com a impugnação da exigência no prazo legal. A apresentação de impugnação fora do prazo de 30 (trinta) dias conforme estabelecido no artigo 15 do Decreto 70.235, de 1972 e alterações posteriores, implica em revelia, ensejando a este Colegiado não conhecer da peça trazida aos autos como recurso, por não ter se estabelecido o litígio em sede de primeira instância nos moldes da legislação vigente.

Diante do exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso.

*(Assinado digitalmente)*

Ester Marques Lins de Sousa.

CÓPIA